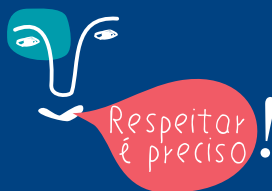


Igualdade e Discriminação

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS





Resp
è pr

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

editar
preciso



São Paulo | dezembro de 2014

Prefeitura de São Paulo

Fernando Haddad

Secretaria Municipal de Direitos Humanos
e Cidadania de São Paulo

Rogério Sottili

Coordenação de Educação em Direitos Humanos

Coordenador geral

Eduardo Bittar

Coordenador adjunto

Jonas Waks

Assessores

Aline Vicentim

Pedro Peruzzo

Secretaria Municipal de Educação
de São Paulo

Antonio Cesar Russi Callegari

Instituto Vladimir Herzog

Ivo Herzog

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Igualdade e discriminação : caderno temático /
Vlado Educação - Instituto Vladimir Herzog. --
1. ed. -- São Paulo : Instituto Vladimir Herzog,
2015. -- (Projeto respeitar é preciso!)

Bibliografia

1. Discriminação 2. Discriminação na educação
3. Educação em direitos humanos 4. Educação
inclusiva 5. Igualdade 6. Igualdade na educação
I. Vlado Educação - Instituto Vladimir Herzog.
II. Série.

15-00790

CDD-370.115

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação em direitos humanos 370.115

Vlado Educação

Direção educacional

Ana Rosa Abreu

Coordenação educacional

Neide Nogueira

Equipe educacional

Ana Lúcia Catão

Celinha Nascimento

Maria da Paz Castro

Maria Paula Zurawski

Consultoria

Cristina Vincentin

Flávia Shilling

Maria Victoria Benevides

Produção participativa

Professores, funcionários, gestores, técnicos da Rede
Municipal de Ensino de São Paulo e membros das comu-
nidades escolares que participaram dos cursos Respeitar
é Preciso!, realizados em 2014 nos Centros de Educação
em Direitos Humanos em São Paulo (SP)

Revisão de texto

Jandira Queiroz

Projeto gráfico

S,M&A Design | Samuel Ribeiro Jr.

Ilustrações

Lúcia Brandão

Este material tem autorização para franca multiplica-
ção, respeitados os direitos de autor e citadas adequa-
damente as fontes.



Sumário

Apresentação	5
Introdução	9
1. Desigualdade, discriminação e Direitos Humanos	11
2. Educação em Direitos Humanos e discriminação na escola	14
3. Atuação no cotidiano da escola	28
Bibliografia de referência	37

APRESENTAÇÃO

Caros educadores,

Este caderno, intitulado *Igualdade e Discriminação*, faz parte do conjunto de publicações do Projeto Respeitar é Preciso! que busca compartilhar orientações, subsídios e sugestões para implementar a cultura de Educação em Direitos Humanos nas escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo.

Além de ações de formação, esse projeto conta com cinco publicações (*Orientações Gerais, Sujeitos de Direito, Igualdade e Discriminação, Respeito e Humilhação e Democracia na Escola*) que, em seu conjunto, abarcam as principais questões relativas às práticas educacionais de respeito aos Direitos Humanos, identificadas na interlocução com os participantes do curso Respeitar é Preciso!, realizado em 2014. O caderno *Orientações Gerais* aponta caminhos principalmente para os adultos da escola, todos considerados educadores, e para a entrada gradativa dos alunos, dos pais e da comunidade do entorno. Os demais cadernos tratam de questões importantes que perpassam todo o Projeto. Um tema e outro se entrelaçam, mas a organização em cadernos faz com que seja possível “colocar uma lente” em aspectos diferentes para uma reflexão mais focada.

O olhar para o preconceito, a discriminação e a humilhação está presente em todo processo do Projeto Respeitar é Preciso!

Existem muitos projetos focados em diferentes tipos de discriminação, como a discriminação étnico-racial, física, linguística, religiosa, política, socioeconômica, geracional, de gênero, homofobia e a transfobia. De fato, a discriminação pode ser compreendida de vários ângulos como atitude de distinção, exclusão, restrição ou preferência violadora da dignidade e da igualdade de tratamento. Já existem materiais, cursos e programas que tratam dessas questões. Portanto, a contribuição deste caderno é apresentar uma abordagem mais geral da discriminação de todo e qualquer tipo, do respeito ao outro e a si próprio, do convívio pacífico e, principalmente, da valorização da diversidade.

Boa leitura e bom trabalho.

*Vlado Educação – Instituto Vladimir Herzog,
Secretaria Municipal de Educação e
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo*

“As profundas contradições que marcam a sociedade brasileira indicam a existência de graves violações destes direitos em consequência da exclusão social, econômica, política e cultural, que promovem a pobreza, as desigualdades, as discriminações, os autoritarismos, enfim, as múltiplas formas de violências contra a pessoa humana. Estas contradições também se fazem presentes no ambiente educacional (escolas, instituições de educação superior e outros espaços educativos). Cabe aos sistemas de ensino, gestores/as, professores/as e demais profissionais da educação, em todos os níveis e modalidades, envidar esforços para reverter essa situação construída historicamente. Em suma, estas contradições precisam ser reconhecidas, exigindo o compromisso dos vários agentes públicos e da sociedade com a realização dos Direitos Humanos.”

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, Ministério da Educação



Igualdade e Discriminação

INTRODUÇÃO

Há algum tempo, as discussões acerca das ideias sobre diversidade, desigualdade e diferença vêm ocupando um espaço significativo em certos setores da sociedade, incluindo aqueles voltados para a área da educação. Trata-se de uma discussão necessária sempre que se pensa no respeito aos Direitos Humanos (com base na ressignificação do sentido de igualdade no mundo contemporâneo), na implementação de políticas públicas, na construção de uma sociedade justa e na promoção da cidadania de todo e qualquer indivíduo.

A diversidade biológica de fauna e flora também tem sido tema bastante discutido (até mesmo por interesses econômicos), sobre o qual existe um considerável acúmulo de conhecimentos e de divulgação, sobretudo referentes a países “cobiçados” como o Brasil. Mas sobre a diversidade humana ainda persiste, entre nós, um alto grau de desinformação e preconceitos que geram estigmatizações, pois a espécie humana (seja em um país, em uma cidade, em uma pequena vila, ou mesmo em uma escola) carrega em si a marca da diversidade. Ainda que seus membros sejam muito parecidos, todos apresentam características singulares que os diferenciam uns dos outros.



As diferenças de caráter cultural, físico, social, intelectual, de gênero, faixa etária, entre tantas, estão presentes em todas as formas de agrupamento humano e, quando respeitadas, abrem caminho para a inclusão, o respeito e a vida democrática.

Essa discussão sobre diversidade e Direitos Humanos se inicia pela afirmação de que uma sociedade justa é aquela que valoriza as diferenças e se enriquece com elas, promovendo igualdade de direitos, o que não significa atender a todos do mesmo jeito, mas considerar as necessidades e as singularidades de cada um, desenvolvendo políticas que atendam às necessidades dos diversos grupos sociais. Trata-se do princípio da equidade, que, na prática, consiste na criação de condições especiais para atender às necessidades e/ou às características de indivíduos e grupos que se encontram em desvantagem por razões biológicas ou sociais. Um exemplo claro sobre a aplicação do princípio da equidade é a existência dos assentos preferenciais no transporte público. Para garantir a todos o mesmo direito, é preciso proporcionar condições diferenciadas àqueles que se encontram em situação de desvantagem ou de qualquer tipo de vulnerabilidade.

A diversidade não representa um obstáculo para a convivência, nem para a construção de um projeto coletivo. Pelo contrário, abre novas possibilidades, enriquece e atribui valor aos grupos. No entanto, muitas vezes, as diferenças são pretexto para a criação ou o reforço de desigualdades que violam os direitos fundamentais, desde o atendimento de necessidades básicas para uma vida digna até o acesso à justiça. Podemos citar como exemplo a discriminação étnico-racial. Sabemos que, em muitos países, incluindo o Brasil, pessoas indígenas ou negras são discriminadas, se não pela lei, por um preconceito historicamente arraigado. Com isso, essas pessoas têm seus direitos cerceados e vivem situações de constrangimento, ainda que a discriminação muitas vezes se manifeste de forma camuflada ou dissimulada, e mesmo assim não deixa de ser violência e humilhação.

1. DESIGUALDADE, DISCRIMINAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Ao longo dos séculos e em toda parte, a opressão exercida por determinados grupos nacionais, étnicos, religiosos ou políticos sobre outros, vistos como inferiores ou inimigos, representa, ao mesmo tempo, causa e consequência de genocídios, extermínios, “limpezas étnicas”, guerras, situações de domínio, com a consequente e inevitável violação dos Direitos Humanos. Ainda que existam organismos internacionais para a defesa dos direitos e da dignidade dos oprimidos, a supremacia dos opressores por meio da discriminação de alguns povos e grupos sociais é realidade mundial. Superar essa situação é um desafio permanente e fundamental para a comunhão dos povos e o respeito a todos pela simples condição de serem pessoas universalmente reconhecidas.

Compreender a diversidade com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é considerá-la aspecto soberano de qualquer tipo de vida social, o que demanda o respeito às diferenças entre os povos e os grupos, em vez de utilizá-las como critério de exclusão social e política.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é bastante clara quando inicia cada um de seus artigos com as palavras: “Todo ser humano tem direito a...”. A única condição para que um indivíduo seja considerado um sujeito de direito é que seja humano. (Ver caderno temático *Sujeitos de Direito*.) Trata-se de um princípio ético, filosófico, antropológico e jurídico: nenhuma característica física, intelectual, social ou política deve levar à privação dos direitos que são universais.

A diversidade é inerente aos seres humanos. Logo, as diferenças não podem ser tomadas como adjetivo, qualidade e muito menos como defeito, e, sim, como matéria-prima da condição humana. Não existe sociedade sem que ela esteja presente. Mais que isso: diversidade é condição para atribuir a qualquer organização humana o *status* de grupo, com sua identidade reconhecida.



Artigo 2.º

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.”

Declaração Universal dos Direitos Humanos

A discriminação acaba por gerar violência e outras ações justificadas pelo ódio ou pelo desprezo. As pessoas discriminadas, embora iguais a todas na sua humanidade, são consideradas “inferiores”. Muitas vezes, a simples existência ou a proximidade de grupos “diferentes” é vista como uma ameaça ao poder e ao padrão cultural estabelecido. Não são raras as manifestações explícitas, e quase sempre violentas, de discriminação, que não se justificam, pois os discriminados não representam uma ameaça real: apenas incomodam os que se consideram “superiores”.

No Brasil, as manifestações violentas de homofobia e contra negros (em especial jovens), a segregação social em alguns espaços públicos e a descaracterização e o enxovalhamento de algumas religiões e cultos, entre outras formas de violência, acontecem com frequência preocupante. São exemplos de desrespeito que ferem os princípios básicos dos Direitos Humanos. São, portanto, comportamentos pessoais e coletivos inaceitáveis. Transformar essa situação não significa, porém, impor uma atitude apenas “tolerante” diante das diferenças, o que, inevitavelmente, colocaria o “tolerado” em condição de inferioridade, mas significa construir um novo olhar para a diversidade e a defesa da igualdade e da dignidade, na perspectiva do “reconhecimento”.

Um fator que permeia o preconceito e a prática da discriminação é o medo, que se apresenta de formas diversas, no sujeito que discrimina e naquele que é o foco da discriminação. No caso de quem discrimina, o medo surge como uma reação à insegurança causada pelo encontro com o que é diferente, desconhecido e, portanto, rotulado como “esquisito”, “estranho” e “ameaçador”. Assim, a falta de familiaridade e de conhecimento sobre o “novo” com o qual está se deparando gera na pessoa ou no grupo um movimento de repulsa e distanciamento, que, aparentemente, o protege da própria ignorância e dos confrontos que podem surgir com a proximidade do que desconhece e com o que não sabe lidar. Nesse sentido, eliminar esse confronto passa a ser a única alternativa. De outro lado, a pessoa ou o grupo foco de discriminação carrega em si o medo da violência geralmente presente nas manifestações de discriminação, ainda que de forma simbólica. No ambiente escolar, essa situação pode ganhar contornos sérios e trazer consequências desastrosas para o desenvolvimento



de cada um dos alunos envolvidos, assim como prejudicar a manutenção de um ambiente permeado de respeito e justiça, tão necessário nas escolas.

Como visto, o distanciamento e a ausência de conhecimento sobre as singularidades que causam discriminação são os principais fatores que geram o medo e a exclusão. Logo, a informação e o contato constante (não necessariamente presencial, mas por meio de leituras, pesquisas, notícias e redes de comunicação) com as diversidades humanas, com os diferentes modos de viver e de expressar valores são estratégias para o enfrentamento pedagógico das reações de discriminação no universo escolar.

Ainda que a construção de uma sociedade livre de preconceito seja tarefa das mais árduas e complexas (o que não justifica abrir mão dela), não podemos correr o risco de agir como se o preconceito fosse mera decorrência da vida em sociedade. Essa visão equivocada “naturaliza” a discriminação e contribui para a manutenção de privilégios para alguns.

Portanto, as diferenças compõem todo e qualquer grupo humano. Assim, a diversidade não pode ser tomada como adjetivo, qualidade ou defeito, mas, sim, como matéria-prima da condição humana. É na complementaridade dos diferentes que nos fazemos humanos. Ou seja, não existe sociedade sem diversidade. Mais que isso, diversidade é a condição para atribuir a qualquer organização humana o status de grupo.

2. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA



Para a sua consolidação, a Educação em Direitos Humanos precisa da cooperação de uma ampla variedade de sujeitos e instituições que atuem na proposição de ações que a sustentam. Para isso, todos os atores do ambiente educacional devem fazer parte do processo de implementação da Educação em Direitos Humanos. Isso significa que todas as pessoas, independente do seu sexo, origem nacional, étnico-racial, de suas condições econômicas, sociais ou culturais, de suas escolhas de credo; orientação sexual, identidade de gênero, faixa etária, pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação, transtornos globais e do desenvolvimento, têm a possibilidade de usufruir de uma educação não discriminatória e democrática.”

*Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos,
Ministério da Educação*

Mais que um espaço permeado por diferenças, a escola é onde a discriminação e o desrespeito pelas diferenças podem e devem ser tratados desde os primeiros anos de vida dos alunos. Terreno fértil de relações, conflitos, vínculos e encontros, a escola apresenta-se como um espaço onde a intervenção educativa pode desencadear um processo de formação ética e de construção de um olhar para o outro, voltado para a justiça, a diversidade e a igualdade. É aí que reside o princípio gerador da Educação em Direitos Humanos, principal objeto de trabalho e foco de atenção e atuação do Projeto Respeitar é Preciso!

Muitos casos de violência, desrespeito e discriminação nas escolas têm sido divulgados pela mídia e, embora não reflitam a totalidade das relações dentro da escola, deixam claras a necessidade e a urgência de uma análise das causas e dos agentes geradores dessa situação, que devem resultar em ações.

A violência é algo que vai além da agressão física: ofensas, desprezo e desvalorização geram opressões psicológicas, emocionais, morais e afetivas, muitas vezes decorrentes da discriminação e do preconceito e também são posturas e atitudes carregadas de um alto grau de violência, sobretudo quando dirigidas a crianças e jovens, sujeitos em formação.

Frequentar a escola é um direito de todas as crianças, desde seus primeiros anos de vida, assim como receber dessa comunidade tratamento digno e igualitário. Todo e qualquer aluno, independentemente de ser negro, índio, boliviano, ou de qualquer outra origem e religião, de ser lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual ou transgênero (LGBT), de ser filho de infratores ou simplesmente vir de família com baixa condição econômica e social, além dos que apresentam deficiência física ou intelectual, deve encontrar na comunidade escolar um espaço de acolhimento e respeito, para que possa usufruir da mesma formação e do mesmo aprendizado que seus colegas. Assim, todos devem ter garantidas as possibilidades de viver, agir e se expressar de acordo com suas singularidades e escolhas, além de ter esse direito garantido pela lei, pela ética e pelo conjunto de declarações e pactos internacionais dos Direitos Humanos, todos também reconhecidos pelo nosso país. Não é sempre, porém, que isso acontece.

Condição social e econômica, deficiência física, etnia, gênero, orientação sexual, religião, idade e cultura ocupam um espaço bastante significativo quando se trata de explicitar os contextos que geram discriminação na escola. Essas podem ser as situações mais comumente reconhecidas e discutidas, mas existem outras menos evidentes que também são focos de discriminação, como os “maus alunos”, os “estrangeiros” (provenientes de outros países ou de outras localidades do Brasil) ou as famílias consideradas “diferentes”.

Assim como os alunos, os adultos da escola (professores, funcionários, gestores, familiares ou responsáveis) são, em muitas situações, alvo de discriminação, tanto por parte dos alunos quanto de seus colegas.



População negra

A população brasileira, apesar de contar com uma maioria de negros (composta de pretos e pardos, na identificação dos censos demográficos), ainda os discrimina, inclusive nos espaços escolares. Não são poucos os programas de enfrentamento do preconceito e de valorização da cultura afro-brasileira. Mas persistem as manifestações de racismo dentro da escola, reflexo da forma como a população negra é vista e tratada. Se a escola cumpre o papel de espaço de formação e construção de valores, é na ação educativa do dia a dia escolar que surgem as melhores oportunidades de lidar com essa questão.

Muitas vezes, a discriminação pode estar presente até mesmo no currículo, na forma como determinada questão é tratada nos livros didáticos. Por exemplo: em ilustrações estereotipadas que apresentam a pessoa negra em situações de inferioridade, em papéis subalternos ou desvalorizados, quando não em situações ligadas à contravenção e à criminalidade. Dificilmente encontramos uma ilustração em que o negro se encontra em posição igual ou superior à do branco. Cargos de poder e prestígio, exemplos de sucesso profissional, modelos de famílias são, na maioria das vezes, representados por pessoas de pele clara. De outro lado, encontramos também casos nos quais a população negra cumpre um papel de vítima, convocando os alunos para uma atitude “tolerante”.

É possível encontrar reflexos dessa situação nos corredores da escola e nas salas de aula quando alunos negros são alvo de diversas formas de discriminação, como apelidos preconceituosos.

Mulheres

A forma como as alunas são consideradas merece mais atenção por parte dos educadores. A desvalorização intelectual e a desigualdade salarial das mulheres ainda são constantes em nosso país, mesmo com uma mulher na Presidência da



República. Na escola, essa situação é evidente desde muito cedo, começando pelos papéis atribuídos às meninas nas brincadeiras de faz de conta, quando os “pais” saem para trabalhar e as “mães” ficam em casa. Diferentemente do que ocorre com os meninos, as meninas são muitas vezes incentivadas a participar de brincadeiras “mais tranquilas” deixando para os meninos, os jogos mais ativos e competitivos. Em livros didáticos ou outros materiais, a discriminação fica evidente quando as ilustrações mostram as mulheres desempenhando papéis secundários, deixando para os homens os cargos considerados mais importantes. São os meninos também os mais valorizados quando se trata de estudo e profissionalização, restando às mulheres a possibilidade de se dedicar à família, em vez de construir uma carreira profissional. Outro aspecto dessa questão é a valorização dos atributos físicos das meninas, em detrimento de outras características, como uma espécie de “passaporte” para que sejam aceitas. Situações como dirigir às meninas palavras desrespeitosas, olhar de forma constrangedora ou ofendê-las de diversas maneiras são situações muito frequentes nos corredores das escolas, mas pouco observadas e tratadas pelos adultos. Num país ainda marcado pelo machismo e pelo sexismo, essas situações continuam sendo vistas como normais, mais que isso, não é raro atribuir às meninas a responsabilidade pelas agressões que sofreram, sob a justificativa de agir de forma provocativa em relação aos meninos.

LGBTs

Não é difícil encontrar pelos corredores da escola, e até mesmo dentro das salas de aula, meninos e meninas vivendo situação de isolamento por parte dos colegas ou sendo alvo de ofensas, agressões físicas, morais e psicossociais que causam constrangimentos ao demonstrar uma orientação sexual e afetiva em desacordo com uma visão mais tradicional, incorporada pela maioria nos grupos sociais. Além de ter sua vida social e seus processos de aprendizagem bastante comprometidos ao longo de toda a escolaridade, muitos acabam por renegar parte importante de sua constituição psíquica, o que pode prejudicar o seu desenvolvimento como pessoa.

Viver e lidar com a própria sexualidade de forma diferente daquilo que é considerado “normal” não pode ser considerado “falha na educação recebida da família”, “fraqueza de caráter”, “doença” ou “bizarrice”, como afirmam os homofóbicos. Não cabe a nós investigar as “causas”, uma vez que não se trata de um problema, mas, sim, da característica de algumas pessoas.

No contexto da Educação em Direitos Humanos, cabe aos educadores manter o respeito por todos, independentemente de suas singularidades. Uma criança ou um jovem que encontra na escola um ambiente hostil em relação à sua sexualidade terá seu desenvolvimento pessoal, social e psicológico comprometido e marcado pelo sofrimento, o que, em termos escolares, pode resultar em mau desempenho escolar ou evasão. A escola não deve permitir nem se omitir diante desse tipo de discriminação mais frequente do que muitos pensam.

Religiões

Em muitos contextos, inclusive escolares, a religião tem sido motivo de discriminação, desde religiões praticadas por muitos, como as religiões de matrizes africanas, até aquelas que têm menos adeptos no país, como o budismo.

No caso das religiões afro-brasileiras, a discriminação pode estar relacionada ao fato de essas religiões serem seguidas, em sua grande maioria, pela população negra, historicamente marcada pelo estigma da escravidão.

Crianças e jovens que, na família, cultuam divindades de origem africana, além da desvalorização de sua cultura familiar, são alvo de ofensas, sendo denominados de “macumbeiros” ou “preto velho”, o que os coloca numa situação bastante conflituosa. Outro exemplo de grupo por vezes discriminado são os protestantes evangélicos, mesmo que façam parte de comunidades hegemônicas. Assim, é importante que a escola construa um espaço de diálogo, respeito ecumênico e de convivência, em que

as crenças das pessoas possam existir sem ferir os Direitos Humanos e a obrigatoria laicidade da escola pública. Trata-se de garantir a liberdade de religião – e de não ter religião –, assim como colocado na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Indígenas

As crianças e os jovens pertencentes a **comunidades indígenas** também sofrem discriminação étnica. O fato de ter características físicas e culturais singulares, como a alimentação, a língua falada, canções e crenças em suas divindades e mitos, faz com elas que se tornem alvo de exclusão, tendo de suportar o preconceito presente nas brincadeiras, nos apelidos e no distanciamento das outras crianças.

Contudo, não se pode deixar de considerar aqui a imagem que ainda hoje é predominante no caso dos povos indígenas, o que contribui muito para que sejam discriminados. Diferentemente do que ocorre na realidade, os povos indígenas continuam a ser representados pela figura do homem nu, ornado de cocares coloridos e pronunciando palavras incompreensíveis, ou portando armas, configurando um sujeito exótico potencialmente agressivo, o que acaba por afastá-lo da condição de sujeito de direito ou cidadão, assim como todos. Ocorre também de serem considerados “desajustados”, que se entregaram à bebida por conta da aproximação da “civilização”. Assim, o desafio é reconstruir essa imagem, considerando-os sujeitos de direito, dotados de capacidades como todos, dignos do direito de viver em qualquer lugar do país, autônomos em seus costumes, assim como o restante da população.

Nesses casos, não se pode deixar de considerar que, muitas vezes, essas são famílias nativas da região que tiveram suas terras ocupadas por um processo de crescimento desordenado das cidades, decorrente da expulsão de moradores dos centros para as

O Brasil é um país multi-étnico. Na cidade de São Paulo, além de três aldeias Guarani, localizadas nas zonas sul e oeste (Terras Indígenas Tekoa Pyau, Krukutu e Tenondé Porã), onde vivem mais de 800 indígenas, que tiveram seus territórios reduzidos pelo crescimento da cidade, há uma significativa população indígena distribuída por vários bairros, constituída por famílias que migraram de suas terras de origem para a cidade.

áreas periféricas, onde hoje se encontram aglomerados em favelas. É importante que os colegas desses alunos não os considerem “vindos de outro lugar”, muito menos “de uma floresta longínqua”, pois são habitantes da cidade desapropriados de suas terras e tradições.

Os considerados “maus alunos”

Toda sala de aula é composta por alunos com diferentes perfis, como: aqueles que apresentam facilidade para enfrentar os desafios da aprendizagem; os que, mesmo com alguma dificuldade, dão conta de encarar com relativo sucesso as tarefas propostas nas aulas; aqueles que não se envolvem da forma como se espera na vida escolar e na rotina da sala de aula. Os motivos que explicam essa situação podem ser muitos: ritmos diferentes (sabemos que os tempos de aprendizagem são distintos de um aluno para outro); defasagens no processo de aprendizagem causada por uma escolaridade irregular; dificuldades para lidar com os conteúdos de uma ou mais disciplinas; situação desconfortável no grupo de colegas; entre outros.

Ao longo de sua vida escolar, esses meninos e essas meninas correm o risco de ter suas imagens construídas de forma bastante negativa e descrente, passando, aos poucos, a ocupar na comunidade escolar o espaço dos “alunos que não têm jeito”, “não nasceram para estudar”, “atrapalham as aulas” etc. No entanto, não se pode perder de vista que, antes de tudo, eles são alunos, assim como os demais, e o fato de não conseguirem, por exemplo, ler um texto ou realizar uma operação matemática deve ser encarado como característica da vida escolar e não como marca definitiva.

Com o tempo, depois de uma sucessão de “fracassos” impregnados na sua escolaridade, esses alunos deixam de contar com o apoio e a preocupação dos adultos, sobretudo dos professores, cristalizando uma descrença quanto às suas potencialidades, o que compromete o seu desenvolvimento e dificulta a formação necessária para que tenham uma vida adulta produtiva e autônoma. Desacreditados, esses alunos muitas vezes passam a ser discriminados e ficam à margem da comunidade.

Na verdade, esses são os alunos que mais necessitam da atenção e do investimento, tanto do professor quanto dos outros agentes da comunidade. Não existem alunos fadados ao fracasso *a priori*, mas, sim, aqueles que, em algum momento de sua vida escolar, enfrentaram dificuldades de ordem pessoal, familiar ou, muitas vezes, advindas da própria escola que se tornaram obstáculos aparentemente intransponíveis. Talvez a ausência da crença na reversibilidade desse tipo de situação e a ausência de intervenções que tirem esses alunos desse lugar sejam as situações mais flagrantes e nocivas de discriminação dentro da escola. A valorização de seus potenciais é um dever dos educadores.

Os mais pobres

Numa gama de possibilidades de discriminação na escola, também merece destaque aquela que se dirige aos mais pobres, aqueles com poder aquisitivo menor, que, as vezes, são vistos como inferiores, mesmo que sejam a maioria. São aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, não possuem bens de consumo como telefone celular com mais recursos tecnológicos, não usam as roupas de determinadas grifes nem materiais escolares sofisticados, entre outros pertences que dão *status* aos que os possuem e o tiram dos que não têm.

A pobreza também pode ser motivo de discriminação quando integrantes da escola segregam aqueles que moram em regiões de favela. Alguns, mesmo estando ao lado de favelas, se consideram superiores e se diferenciam explicitamente dos “favelados”, que são assim chamados como expressão de insulto e muitas vezes de xingamento.

A discriminação dos mais pobres muitas vezes supera outras formas de discriminação. Transformar essa visão é uma tarefa dos educadores, pois o consumismo é uma cultura social que materializa e justifica exclusões sociais.

As “marcas das famílias”

Há ainda os casos de alunos pouco acreditados na comunidade escolar, cujas famílias (sobretudo os pais) já viveram situações relacionadas a violência, crimes, prisões e outros dramas que as colocam em evidência. O fato de ser filho de alguém que cometeu algum tipo de delito, por mais grave que possa parecer, não faz com que uma criança ou um jovem seja desprovido de capacidades, de caráter e, ainda mais importante, da condição de sujeito de direito. Nem os pais nem os filhos devem ser tratados dessa maneira. Devemos lembrar que é função dos educadores insistir na presença de cada um desses alunos na escola e garantir, por meio dos dispositivos educativos, um processo de escolaridade no qual eles possam contar com as mesmas oportunidades que seus colegas.



Outra característica familiar que costuma ser alvo de discriminação é o fato de estas serem formadas por casais em relação homoafetiva. Assim como acontece com as alunas lésbicas, os alunos gays, bissexuais, transexuais e transgêneros, os que são filhos de casais homoafetivos são discriminados e correm o risco de terem sua vida escolar muito prejudicada, inclusive no que diz respeito à participação dos pais nos espaços de convivência da escola, às discussões e deliberações de assuntos da comunidade escolar (como os conselhos escolares), bem como à participação efetiva na vida escolar de seus filhos.

Outra situação que merece atenção e preocupação acontece nas famílias com menos recursos financeiros, sobretudo aquelas que vivem em favelas. Muitas vezes, essas famílias não são consideradas parte da comunidade escolar, nem sequer do bairro onde moram, ainda que as favelas estejam localizadas ao lado da escola ou até mesmo na região central do bairro.

Os “estrangeiros”

O fato de o Brasil contar com uma rica diversidade cultural e também com um intenso movimento migratório torna muito comum o ingresso de alunos provenientes de diferentes regiões em nossas escolas ao longo de todo o ano escolar. Não é raro que a chegada dessas crianças seja acompanhada de dúvidas e, muitas vezes, descrença por parte da comunidade, principalmente quando se trata de regiões pouco favorecidas social e economicamente.

Ainda que, em alguns casos, seja necessário um tempo maior para se adaptar à nova rotina e à nova dinâmica escolar, esses alunos contam com as mesmas condições de aprender e viver em grupo que aquelas apresentadas pela grande maioria. Além disso, eles trazem conhecimentos, habilidades e competências inéditas na comunidade, que podem e devem ser valorizadas, enriquecendo a formação de todos. Discriminá-los com base em uma visão que antecipa e determina as dificuldades e a incapacidade de adaptação é levá-los ao fracasso.

Desse modo, cabe à escola acolhê-los e valorizar suas potencialidades, derrubando barreiras linguísticas e culturais, oferecendo-lhes um ambiente que contribua para o desenvolvimento do aprendizado e a integração na cidadania. Vale a pena também chamar a atenção para aqueles cujas famílias, vindas de outros países em busca de trabalho e melhores condições de vida, ou mesmo como refugiados, se deparam com uma situação hostil ou pouco receptiva, tanto no bairro onde se instalam quanto na comunidade escolar. “Gringo” e “cucaracha” são alguns dos apelidos de caráter discriminatório pelos quais são chamados os alunos nessa situação.

Outra dificuldade enfrentada é a língua falada. Assim, são necessários tempo e apoio constante dos professores, além de materiais didáticos bilíngue para que consigam se comunicar e sejam compreendidos, sem que isso seja motivo de brincadeiras ou discriminação. Nesse caso, o professor é o modelo mais próximo, e suas atitudes diante desses alunos definem a forma como serão tratados pela comunidade escolar.



Alunos em situação de liberdade assistida

Além de ser alvo de discriminação, alunos em situação de liberdade assistida se encontram vulneráveis, uma vez que a possibilidade de viver em liberdade e na companhia da família e da comunidade também está relacionada às atitudes, ao comportamento e ao desempenho demonstrados no espaço escolar. Assim, esses alunos demandam da escola uma atenção especial, não só no que se refere aos cuidados e aos procedimentos inerentes à condição de liberdade assistida, mas no sentido de evitar que sejam discriminados por conta disso.

O fato de viver momentaneamente sob essa condição não é o bastante para permitir, da parte de colegas ou adultos, um tratamento pautado pelo distanciamento e pelo medo.

De outro modo, são esses alunos que precisam vivenciar, o mais intensamente possível, situações de convivência e interação com os colegas para reconstruir algumas de suas atitudes e posturas. Não se trata de “bandidos” ou “pequenos criminosos”, mas de jovens em formação que cometeram atos infracionais, que precisam, nesse momento, contar com todo o apoio da comunidade escolar. Assim, devem contar com o acolhimento e o respeito dos adultos da escola, que servirão de modelo para que os outros alunos possam fazer o mesmo. É muito importante ainda evitar que sejam identificados apenas por essa condição, como “aquele aluno que está em liberdade assistida”.

Alunos com deficiência

A presença de alunos que se encontram em situação de “desvantagem” nas mesmas escolas que a grande maioria das crianças vem sendo debatida, já há muito tempo. Esse debate teve início com a discussão acerca da pertinência da presença desses alunos nas escolas, mas hoje, vencida essa etapa, o foco é a busca de inclusão e da melhor maneira de atender à necessidade de cada um deles, tendo em vista as modalidades de deficiência (física, visual, auditiva ou intelectual).

Sujeitos de direito, assim como todos os seus colegas, as crianças que apresentam qualquer tipo de deficiência contam com um espaço cada vez maior nas escolas, conquista que pode ser atribuída a diversos fatores, como: a presença de professores de apoio; a possibilidade de fazer adaptações que viabilizam o acesso de todos, não só à escola, mas também aos conteúdos; salas de recursos multifuncionais; programas de formação de professores. Entretanto, para isso, foi determinante o fato de as crianças ingressarem nas escolas explicitando aos professores e aos outros educadores os verdadeiros problemas a serem enfrentados, suas (muitas) possibilidades de aprendizagem, as singularidades na forma de aprender e as necessidades específicas de cada uma, dando início a um rico processo de formação em ação dos professores. Hoje, num grande número de escolas, é possível encontrar alunos que apresentam diferentes formas de “desvantagem” e que usufruem do direito de estar onde todas as crianças estão: na escola.

O grande desafio para os educadores é fazer da escola um espaço inclusivo e diverso, onde a presença da diversidade seja o reflexo da comunidade, considerando as diferenças um dos fatores que contribui com o processo formativo e humano. Contudo, não há outra possibilidade de construir esse olhar a não ser por meio da prática escolar diária e da reflexão continuada a respeito das questões inesperadas que essa nova realidade traz.

A escola tem como função proporcionar condições de aprendizagem para todos os alunos, incluindo aqueles que se encontram em situação de desvantagem intelectual e têm direito de aprender os conteúdos escolares, almejando uma crescente autonomia intelectual.

Trata-se de uma tarefa bastante complexa, mas possível, se consideradas algumas ideias. A primeira delas diz respeito à crença nas possibilidades de aprendizagem desses alunos: é certo que são capazes de aprender, ainda que não o façam da mesma maneira, ao mesmo tempo, e com os mesmos recursos e intervenções dispensados à maioria, carecendo de atendimento e acompanhamento especializados.

A segunda ideia que deve ser considerada é a necessidade de lançar para esses alunos um olhar focado nas suas potencialidades, e não naquilo que lhes falta. Saber que uma criança é portadora de alguma síndrome ou que traz consigo alguma outra característica que pode gerar dificuldades significativas de aprendizagem talvez seja apenas um primeiro passo (mas não o mais importante) para conhecê-la. Entretanto, mais do que isso, é essencial conhecer suas possibilidades de aprender com base no que já sabe, identificar os recursos necessários e planejar meios de viabilizar as aprendizagens.

Assim, é necessário trabalhar com a criança e pensar nela sempre do ponto de vista de sua positividade, ou seja, daquilo que nelas foi preservado e que oferece ao professor a possibilidade de intervir e gerar crescimento. De outro modo, focar o olhar na negatividade, considerando apenas as faltas que apresentam, significa desprezar aquilo que de fato poderá determinar algum avanço no processo de aprendizagem dessas crianças.

O ponto de partida para a construção de um plano de escolaridade é identificar aquilo que o aluno se mostra capaz de fazer, para, então, oferecer a ele propostas desafiadoras, mas possíveis de serem realizadas com certo esforço cognitivo, proporcionando avanços.

Uma questão do atendimento dirigido às crianças que apresentam deficiências é a forma como elas devem ser tratadas. Certamente, a grande maioria delas demandará do professor e dos outros adultos algumas intervenções de caráter individual, que não podem ser confundidas com privilégios, sobretudo pelos colegas. A atenção e a prioridade no atendimento em algumas situações devem acontecer apenas quando necessitam verdadeiramente. Dispensar a elas atenção e proteção especiais a todo momento, além de fixá-las no papel de “incapazes”, roubará delas as oportunidades de colocar suas capacidades em jogo, de se perceberem competentes para tomar iniciativas e de se aproximarem de seus colegas.

Por outro lado, alguns alunos podem se mostrar desconfortáveis na presença de colegas com deficiência. Isso acontece por causa da falta de familiaridade e convivência, pois ainda é muito recente a presença deles nas escolas. Nesse sentido, mais que insistir num discurso de tolerância e compreensão, é importante oferecer oportunidades de conviver com os colegas com deficiência justamente em situações em que eles têm sucesso e não são marcadas pela impossibilidade e pela necessidade de ajuda, compartilhando momentos de aprendizagem e de brincadeiras, estabelecendo, desde muito cedo, relações e laços de afeto legítimos e crescendo ao lado dos seus verdadeiros pares, que são os colegas da mesma idade.

Finalizando


Promovido pela escola, o encontro diário com as singularidades de cada um é, antes de tudo, uma condição para oferecer a todos uma formação que não se limita à aprendizagem de conceitos e procedimentos, mas que promove a construção de um olhar questionador para a sociedade atual, em que a busca pela formação individual e a competição são cada vez mais valorizadas, em detrimento de valores coletivos, vinculados à ética e à cidadania. Portanto, conviver com todos (com ou sem deficiência) é condição para enfrentar a vida fora da escola.

Assim, os alunos saberão reconhecer e considerar os direitos daqueles que não são exatamente como eles, articulando diferentes pontos de vista, olhando para o coletivo, enxergando de forma crítica a cidade em que vivem, buscando nela os sinais da inclusão social e lutando por ela sempre que se depararem com cenas de injustiça social e discriminação.




3. ATUAÇÃO NO COTIDIANO DA ESCOLA

Vista aqui como uma comunidade ampla, permeada por relações de hostilidade e discriminação, a escola deve lançar mão dos seus dispositivos educacionais para não permitir que isso aconteça. Para isso é importante trabalhar com os alunos e a comunidade escolar o respeito, a diversidade e a justiça, por meio de ações educativas adequadas e persistentes.



A formação dos indivíduos tem sua fase mais intensa e profícua nos primeiros anos de vida, quando já deve estar presente a convivência orientada pelo respeito mútuo e geradora de igualdade. Portanto, essas questões são importantes na escola desde o berçário, compondo um processo de atuação contínua, em que a ação do educador cumpre um papel mais importante que a simples exposição de ideias e o discurso. O que buscamos é uma mudança cultural, decorrente de um processo lento e ininterrupto de “ação-reflexão-ação”, que não busca apenas resultados pontuais no ambiente da escola, mas pretende implantar um processo de transformação direcionado aos Direitos Humanos.



A escola ensina valores o tempo todo, mesmo que os professores pensem que não o fazem. Cada gesto e cada decisão são ações educacionais que transmitem valores. Como combater a discriminação étnica expressa pelos alunos se ela está presente nos conteúdos curriculares, nos livros da biblioteca, entre outros espaços educativos? Ainda que sejam muitas e muito diferentes as situações de discriminação que ocorrem no espaço escolar, é possível pensar em algumas formas de intervir no momento em que elas acontecem e elaborar ações, de caráter permanente, que podem contribuir no sentido de evitá-las e de potencializar a formação dos alunos.

Atividades de caráter permanente

É importante que a ideia de que toda discriminação é inaceitável, dentro e fora do ambiente escolar, se torne um valor compartilhado por todos, de forma gradual e pactuada.

Isso vai acontecer de forma mais efetiva se os alunos puderem contar com o modelo dos adultos no dia a dia da escola, e não apenas com o discurso.

Quanto mais frequentes forem as situações de discriminação, maior será o espaço que o tema deverá ocupar na rotina da escola, em diferentes momentos e espaços, não se limitando apenas à abordagem de situações pontuais nem de caráter punitivo. Notícias de jornal, ocorrências divulgadas pela mídia e comentários sobre situações recentes no entorno da escola contribuem para que a discussão sobre a discriminação e o preconceito se mantenha na “ordem do dia”, evitando que venham à tona apenas quando a escola enfrenta problemas.

Trata-se de valores a serem construídos, e não de regras de etiqueta para determinadas situações. Discussões, tematizações e esclarecimentos devem acontecer como parte da formação ética de todos, pois fazem mais sentido e contribuem de forma mais efetiva na formação dos alunos se a atuação dos educadores no dia a dia corresponder às ideias divulgadas.

A forma de lidar com as situações cotidianas de discriminação, bem como a indignação dirigida a elas, será um modelo para crianças e adolescentes, sempre atentos à coerência entre o discurso e as atitudes dos adultos. Da mesma forma, o tratamento que os adultos dispensam àqueles que, por qualquer motivo (gênero, orientação sexual, deficiência, condição étnico-racial, idade, origem, condição socioeconômica, política, religiosa e cultural) são alvo de discriminação, estabelecerá parâmetros para a atuação dos alunos. Assim, é fundamental que os adultos dispensem a todos (sem exceção) o mesmo tipo de tratamento, reconhecendo os mesmos direitos para todos, oferecendo àqueles que mais precisam as condições necessárias para alcançá-los (o que não significa privilegiá-los, mas, sim, o exercício da equidade) e permanecendo atentos às situações que merecem intervenções mais efetivas.

Discriminação silenciosa

Muitas vezes, a discriminação acontece de forma “silenciosa”. Mesmo assim, seus reflexos podem ser percebidos tanto na sala de aula quanto nos corredores da escola. Acolher e conversar com os alunos que sofrem a discriminação, sem solicitar a ajuda dos adultos, pode ser um primeiro passo, assim como fazer o papel de “ponte” entre ele e seus colegas, inserindo-o nas brincadeiras, nas rodinhas de conversa e nos movimentos do grêmio estudantil, criando situações de trabalho em equipe na classe ou organizando duplas de trabalho.

Num primeiro momento, a mediação do adulto pode ajudar. Contudo, não é produtivo contar com esse apoio sempre. O mais aconselhável é que, aos poucos, o aluno se fortaleça, descobrindo suas potencialidades nas situações de interação. Nesses casos, é preciso que o adulto incentive que o aluno siga sozinho. Prestar a esse aluno um atendimento superprotetor, seja por ter vivido recentemente situações de discriminação ou por apresentar alguma deficiência, pode imprimir nele o estigma da incapacidade, comprometendo sua vida escolar, além de despertar no grupo um sentimento forte de ciúme. Um aluno que sai sempre em busca de ajuda do adulto, fragiliza-se diante do grupo, tornando-se alvo ainda mais constante de ofensas. Dessa forma, ele corre o risco de ocupar esse lugar na classe para sempre. Contribuir com o fortalecimento desses alunos não significa deixá-los à própria sorte, e, sim, ajudá-los a perceber seus direitos e experimentar gradativa autonomia.

Intervenções que coloquem em destaque as competências dessas crianças e desses adolescentes dentro e fora da sala de aula podem contribuir de modo significativo para evitar que sejam estigmatizados. Nesse sentido, o professor pode convidar esse aluno a apoiar um colega que apresenta dificuldades em determinado assunto, solicitar e considerar as opiniões dele nas discussões coletivas.

Discriminação explícita

Contudo, algumas situações de discriminação acabam se manifestando de forma agressiva, por meio de ofensas, do isolamento por parte do grupo e até de agressões físicas, exigindo dos educadores uma atuação mais direta e pontual. Uma vez que cumpre, em vários momentos, o papel de mediador e promotor do diálogo, a atuação do professor diante de situações de discriminação não deve ser diferente. Assim, um bom começo pode ser identificar a situação e dar voz às duas partes, sem julgar nenhuma delas, mediando um diálogo entre discriminador e discriminado. Nesse momento, é essencial que ambos possam se colocar, um diante do outro, explicitando como se sentiram e expressando seus desconfortos sem a censura do adulto.

Ainda que se faça necessária uma conversa mais direcionada com apenas uma das partes, é importante garantir esse momento juntos. Estar ao lado do aluno que sofreu discriminação nas situações de mediação não significa falar por ele nem representá-lo na discussão. Ele deve ser encorajado a se colocar, contando como apoio do professor apenas nos momentos em que se sentir ameaçado.

O educador pode e deve mostrar sua indignação. No entanto, por mais que a situação de discriminação seja inaceitável, é fundamental considerar que esse é um momento de diálogo e que a fala do colega que foi discriminado pode causar, nessa hora, um impacto mais transformador que o discurso do adulto. Com esse tipo de mediação, a indignação vai ganhando espaço nos grupos.

Por fim, sempre é possível e essencial dar a todos a oportunidade de reverter essas e outras situações. Assim, pode-se sugerir que, depois da conversa, os alunos (discriminador e discriminado) façam uma atividade juntos. Isso pode ajudar bastante os dois, proporcionando momentos de descoberta e valorização das potencialidades de ambos (sempre mais relevantes que as características que os diferenciam).

Sugestão de atividades

Atividades específicas para a Educação Infantil

Na Educação Infantil, a questão da discriminação deve ser tratada com especial atenção, já que é no CEI e na EMEI que as crianças viverão suas primeiras experiências em grupo. É muito importante que a equipe de educadores se empenhe em construir um ambiente de respeito e de valorização das diferenças entre as crianças. Afinal, conviver num ambiente em que o respeito e atitudes contra a discriminação são de fato vivenciados e observados é a melhor forma de educar as crianças, proporcionando a elas uma experiência diferente daquela que, muitas vezes, encontrarão fora da escola. Isso é a Educação em Direitos Humanos.

Conviver de verdade num grupo em que as características físicas de todas as crianças (cor de pele, cabelos, peso etc.) são valorizadas, e não representam motivo de segregação, ouvir histórias e participar de projetos que apresentem a cultura, as narrativas e a poesia de diferentes grupos étnicos, povos e países também são formas de estender os horizontes culturais das crianças e de ensiná-las atitudes de interesse e cuidado para com o outro.

O interesse e o movimento das crianças pequenas na direção do outro são evidentes e muito peculiares nessa faixa etária. Os bebês, por exemplo, se dirigem aos adultos e às outras crianças por inteiro, querem tocá-los, experimentá-los, conhecê-los com os olhos e com as mãos.

Na Educação Infantil, a abertura para os demais é marcada pela afetividade e pelas emoções, pelo predomínio do gesto e da expressão. Tendo isso em vista, é possível valorizar e estimular o interesse entre as crianças, organizando situações em que elas brinquem juntas e variando os agrupamentos dentro da sala, mas respeitando suas preferências e a possibilidade de fazer amizades.

No caderno *Orientações Gerais* do Projeto Respeitar é Preciso!, há sugestões de atividades para a Educação Infantil que têm como foco a valorização das diferenças e a construção de atitudes não discriminatórias com os grupos de crianças.

Atividades para o Ensino Fundamental

A atitude do professor para com seus alunos é uma fonte de inspiração, na medida em que pode ensiná-los muito sobre cuidado, justiça e responsabilidade. Portanto, diante das crianças, os educadores devem sempre buscar ser coerentes, ouvi-las atentamente em casos de conflito e pedir suas opiniões nos casos em que for preciso encontrar soluções para os problemas do grupo. Do mesmo modo, devem explicar o significado das palavras desconhecidas e ideias novas sempre que necessário.

Os educadores não devem deixar de informar, contextualizar ou aproveitar os eventos locais e as notícias da mídia para discutir com os alunos. O clima de antagonismo na época das eleições, as brigas envolvendo torcedores, a discriminação contra pessoas ou grupos, a violência contra crianças noticiadas pela mídia interessam e muitas

vezes angustiam as crianças, cujos sentimentos podem ser contemplados quando se conversa sobre esses fatos. Nesse sentido, é interessante comentar com os alunos sobre as conquistas, as resoluções, as medidas para a proteção e até mesmo as sanções impostas pela sociedade quando há violação de Direitos Humanos. Também no Ensino Fundamental, em função da crescente capacidade de compreensão e argumentação, os próprios conteúdos curriculares abrem ricas possibilidades de debates sobre preconceitos, discriminação e injustiça. (Ver caderno *Orientações Gerais*.)



Ideias que podem contribuir para a reflexão dos educadores

Educar para a não discriminação é uma tarefa que demanda sensibilidade. Assim, atividades reflexivas sobre o tema são importantes também entre os adultos.

O que já sentiu ou viu

Em algum momento da vida, todo mundo já presenciou ou viveu alguma situação de discriminação. Uma boa maneira de iniciar uma reflexão sobre esse assunto é compartilhar com os colegas, relatando e comentando situações vivenciadas.

Nesse exercício, é interessante lembrar coletivamente as situações de discriminação presenciadas ao longo da vida escolar, dando destaque às intervenções dos adultos que mediaram a situação e aos sentimentos que surgiram no momento. Esses momentos revelam a todos como e há quanto tempo a discriminação está presente nas escolas, contribuindo também para a busca de estratégias e encaminhamentos que podem se mostrar potentes para o respeito à diversidade. Esse é um tema bastante complexo e delicado. Assim, a reflexão, o trabalho coletivo, a escuta e a possibilidade de expor dúvidas e desconfortos são essenciais para o sucesso da empreitada a que se propõe a prática da Educação em Direitos Humanos.

O assunto sempre em pauta

Aos poucos, as situações vividas na escola, passam a ocupar um espaço importante nas conversas, sendo tematizadas e levando ao grupo a possibilidade de construir um repertório de experiências, que, registradas de alguma forma, podem oferecer subsídios para situações que envolvem intervenções ou tomadas de decisão. Trata-se de um material precioso, que pode ser feito virtualmente, num documento compartilhado com todos os interessados.

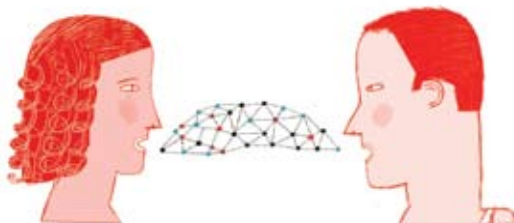
A manutenção das conversas, bem como a construção desse material de autoria coletiva, dependerá da determinação de um tempo para que os grupos se dediquem a essa questão, com certa regularidade, ainda que se inicie com 15 minutos ou aconteça no fim de reuniões pedagógicas, para socializar situações recém-vivenciadas e ouvir sugestões dos colegas. Levar para a apreciação coletiva artigos de jornais, livros, sites e biografias que abordam essas situações também contribui com o processo, sustentando a discussão.

O mural da escola também pode prestar grande ajuda se apresentar pelo menos uma notícia ou nota que aborde situações ou temas relacionados à discriminação. A sala dos professores, ou os outros espaços de grande circulação de adultos, pode ter um “cantinho”, ou um pequeno caderno, ao qual toda a comunidade de adultos tem acesso e no qual podem ser registrados casos de sucesso, “pedidos de socorro”, desfechos de casos que foram expostos etc. O importante é que o tema da discriminação esteja presente na vida da escola e que seja “encarado de frente” pelos educadores

Experimentando a discriminação

A proposta apresentada a seguir é a simulação de uma situação que envolve pessoas num contexto de discriminação. Nessa atividade, os participantes precisam se colocar no lugar do outro, seja ele o discriminado ou o que discrimina, buscando entender o que provoca atitudes desrespeitosas e qual o sentimento de quem é desrespeitado.

A sugestão é que os educadores desempenhem o papel de pessoas sujeitas à discriminação, aqui representadas por aqueles que têm algum tipo de deficiência física. Esse modelo de atividade pode ser utilizado em outros contextos ou outras situações de discriminação para sensibilizar e promover uma reflexão sobre o tema.



1. Esta é uma dinâmica que pode ser realizada durante um encontro do Projeto Respeitar é Preciso!, devendo ser encaminhada logo antes do intervalo ou café. Os dinamizadores do encontro solicitam que todos se organizem em duplas.

2. Os dinamizadores passam pelas duplas atribuindo os papéis de “pessoa com deficiência” ou “ajudante/acompanhante” para cada um dos componentes. Assim, um deles estará vivendo uma situação parecida com a de uma pessoa com deficiência, e o outro fará o papel de quem presta ajuda a ele.

3. Então, o organizador distribui vendas para os olhos, barbantes para amarrar as mãos uma à outra, impedindo os movimentos, e fita adesiva para que os pés sejam presos um ao outro. Dessa forma, cada dupla tem um integrante vivenciando uma deficiência física e outro como o acompanhante.

4. Depois dessa preparação, as duplas tomam o lanche oferecido no intervalo.

5. Após o intervalo, o grupo pode compartilhar suas experiências e sensações, tendo sempre como foco as dificuldades, a sensação dos olhares em volta, a comunicação com as pessoas ao redor e a atuação do ajudante. Em seguida, todos são convidados a estender a reflexão, considerando os outros que também são foco de discriminação.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ALBISSÚ, Nelson. *Semente antibullying*. São Paulo: Cortez, 2011.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. *A inclusão e seus sentidos: entre edifícios e tendas*. Trabalho apresentado no 12.º Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Curitiba, 2004. Disponível em: <http://www.proinesp.ufrgs.br/files/palestras/palestraclaudio.pdf>. Acesso em: 10/12/2014.

BRASIL. *Cartilha BPC na escola*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Ministério da Educação, 2012.

_____. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão*. Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. Brasília: Secadi/Ministério da Educação, 2013.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne>. Acesso em: 10/12/2014.

_____. *Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

_____. *Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Resolução n. 4. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, 2009.

_____. *Lei n. 10.639*. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 10/12/2014.

_____. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: Secad/Ministério da Educação, 2006.

_____. *Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 10/12/2014.

_____. *Plano Nacional da Educação: Meta 4 (2011-2020)*. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

_____. *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*. Decreto n. 7612. Brasília, 2011.

CALISSI, Luciana; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *Educação em direitos humanos*. Manual do professor. Livros 1, 2, 3, 4 e 5. João Pessoa: Grafiset, 2013.

GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. *Gênero, diversidade sexual a educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.

MACEDO, Lino de. *Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?* Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso & COLLARES, Cecília Azevedo Lima. A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. Em *Cadernos Cedes*, n. 28. Campinas: Papi-rus/Cedes, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Brasília: Unesco, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 10/12/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Ensinando Direitos Humanos: atividades práticas para os Ensinos Fundamental e Médio*, 2004.

PUIG, Josep Maria. Aprender a viver. Em ARAÚJO, Ulisses F.; PUIG, Josep Maria; ARANTES, Valéria Amorim (orgs.). *Educação e valores: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2007.

RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (orgs.). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

VIANNA, Walny. *Direitos humanos e cidadania: Ensino Fundamental*. Livro do professor. Volumes 1, 2, 3, 4 e 5. Curitiba: Base Editorial, 2011.

